

A DIMENSÃO CURRICULAR PARA A TRANSIÇÃO EM ESPAÇOS EDUCADORES SUSTENTÁVEIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

THE CURRICULAR DIMENSION FOR TRANSITION TO SUSTAINABLE EDUCATIONAL SPACES IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

LA DIMENSIÓN CURRICULAR PARA LA TRANSICIÓN HACIA ESPACIOS EDUCATIVOS SOSTENIBLES EN LA EDUCACIÓN INFANTIL

Paulo Roberto Serpa

Doutor em Educação, Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

E-mail: pauloserparoberto@gmail.com

Verônica Gesser

Doutora em Educação, Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

E-mail: gesserv@univali.br

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos

Doutora em Educação, Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

E-mail: bruna_siqueiras@hotmail.com

Resumo

Este artigo é um recorte de uma tese de doutorado que discutia a transição para espaços educadores sustentáveis na educação infantil. Neste recorte, tem-se como objetivo apresentar a dimensão curricular dos espaços educadores sustentáveis, compreendendo como a sustentabilidade pode ser integrada ao currículo escolar da educação infantil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada em referenciais teóricos sobre currículo, Educação Ambiental e políticas públicas educacionais. O estudo discute a relação entre o currículo prescrito e o currículo vivido, assim como, a mediação do professor no processo de construção de práticas pedagógicas voltadas à sustentabilidade socioambiental. Evidencia-se que a integração da Educação Ambiental ao currículo escolar exige um olhar interdisciplinar e uma abordagem que contemple a contextualização das práticas educativas no território e na realidade das crianças. Além disso, é ressaltada a importância da articulação entre políticas educacionais, formação docente e participação da comunidade na consolidação de espaços educadores sustentáveis.

Palavras-chave: Educação ambiental; Espaços educadores sustentáveis; Sustentabilidade; Currículo.

Abstract

This article is an excerpt from a doctoral thesis that discussed the transition to sustainable educational spaces in early childhood education. The objective of this excerpt is to present the curricular dimension of sustainable educational spaces, understanding how sustainability can be integrated into the school curriculum of early childhood education. This is a qualitative study, based on theoretical references on curriculum, Environmental Education and public educational policies. The study discusses the relationship between the prescribed curriculum and the live curriculum, as well as the teacher's mediation in the process of constructing pedagogical practices focused on socio-environmental sustainability. It is evident that the integration of Environmental Education into

the school curriculum requires an interdisciplinary perspective and an approach that contemplates the contextualization of educational practices in the territory and in the reality of children. In addition, the importance of the articulation between educational policies, teacher training and community participation in the consolidation of sustainable educational spaces is highlighted.

Keywords: Environmental education; Sustainable educational spaces; Sustainability; Curriculum.

Resumen

Este artículo es un extracto de una tesis doctoral que analizó la transición hacia espacios educativos sostenibles en la educación infantil. En este apartado el objetivo es presentar la dimensión curricular de los espacios educativos sostenibles, entendiendo cómo la sostenibilidad puede integrarse en el currículo de educación infantil. Se trata de una investigación cualitativa, basada en referentes teóricos sobre currículo, Educación Ambiental y políticas públicas educativas. El estudio discute la relación entre el currículo prescrito y el currículo vivido, así como la mediación del docente en el proceso de construcción de prácticas pedagógicas orientadas a la sostenibilidad socioambiental. Es claro que la integración de la Educación Ambiental al currículo escolar requiere de un enfoque interdisciplinario y que considere la contextualización de las prácticas educativas en el territorio y en la realidad de los niños. Además, se destaca la importancia de articular políticas educativas, formación docente y participación comunitaria en la consolidación de espacios educativos sostenibles.

Palabras clave: Educación ambiental; Espacios educativos sostenibles; Sostenibilidad; Currículo.

1. Introdução

A crise ambiental tem impulsionado diversas áreas do conhecimento a repensar suas práticas na construção de um futuro mais sustentável. No campo da educação, essa necessidade se materializa na concepção dos espaços educadores sustentáveis, que vão além da infraestrutura física e incorporam uma abordagem pedagógica alinhada a princípios ecológicos e éticos e de sustentabilidade. A integração da Educação Ambiental (EA) em políticas educacionais, documentos curriculares e diretrizes internacionais, reforça o papel das instituições de ensino na formação de sujeitos comprometidos com a transformação socioambiental.

Silva, Almeida e Kokudai (2017), debatem sobre a compreensão de que a educação infantil constitui um momento privilegiado para o desenvolvimento de valores ambientais. As autoras destacam que é nesse período da vida que as crianças começam a construir referenciais éticos, afetivos e cognitivos que influenciarão sua relação com o mundo ao longo da vida. Para Gadêlha e Gadêlha (2023), a educação ambiental também é apresentada como uma

exigência educativa contemporânea, associada à formação de sujeitos críticos e socialmente comprometidos com a preservação do meio ambiente. Destacam a importância de inserir a temática ambiental desde a infância, uma vez que as experiências educativas iniciais possuem grande potencial de transformação social, ampliando a consciência ecológica ao longo da vida.

A Base Nacional Comum Curricular (2018) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental (2012) entre outros documentos orientadores da educação no Brasil destacam a necessidade de integrar a EA de forma transversal e interligada às diferentes áreas do conhecimento. Essa perspectiva exige um olhar atento para o currículo, compreendido como um conjunto de conteúdos, práticas e vivências que promovem a sensibilização e a criticidade das crianças frente às questões ambientais.

Portanto, tem-se a necessidade de compreender a educação ambiental na educação infantil para além de um conteúdo isolado no currículo. Materializando-se em experiências pedagógicas que integrem o cotidiano das crianças, suas vivências culturais e suas interações com o ambiente natural (Silva; Almeida; Kokudai, 2017; Gadêlha; Gadêlha, 2023).

Neste caminho, a proposta de um currículo que valorize a sustentabilidade requer uma abordagem interdisciplinar, que conecta diferentes áreas do conhecimento e promove projetos que integrem a comunidade escolar e o território onde a instituição está inserida.

Diante desse cenário, este artigo busca apresentar a dimensão curricular dos espaços educadores sustentáveis, compreendendo como a sustentabilidade pode ser integrada ao currículo escolar da educação infantil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa (Creswell, 2010), fundamentada em referenciais teóricos sobre currículo, Educação Ambiental e políticas públicas educacionais. Portanto, este trabalho caracteriza-se como um ensaio teórico (Meneghetti, 2011; Bertero, 2011) por estar discutindo o conceito de currículo e refletindo sobre sua funcionalidade na transição para espaços educadores sustentáveis.

2. O entendimento de currículo

O currículo pode ser entendido como um conjunto de objetivos, conteúdos, métodos, avaliação e ações que orientam o processo de ensino e aprendizagem. Ele representa o planejamento pedagógico da instituição que é elaborado de forma a garantir a formação integral dos sujeitos. A importância do currículo se manifesta na concretização das funções da escola:

Quando definimos o currículo estamos descrevendo a concretização das funções da própria escola e a forma particular de enfocá-las num momento histórico e social determinado, para um nível ou modalidade de educação, numa trama institucional, etc. (Sacristán, 2017, p. 15).

Ao definir o currículo, delineamos como a escola realiza suas funções específicas em um contexto histórico e social particular. Portanto, o currículo é mais do que apenas um conjunto de disciplinas, é uma expressão prática da identidade e propósito da escola em um determinado momento e contexto: “O currículo é algo vivo e dinâmico. Ele está relacionado a todas as ações que envolvem a criança no seu dia-a-dia dentro das instituições de ensino, não só quando nós professores consideramos que as crianças estão aprendendo” (Nascimento, 2007, p. 16).

Nesta pesquisa, acolhemos o conceito de currículo apresentado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) como um:

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (Brasil, 2010, p. 12).

A DCNEI destaca uma abordagem abrangente e integradora do currículo na Educação Infantil. Aqui, o currículo é um conjunto de práticas destinadas a articular as experiências e conhecimentos das crianças. Essa concepção visa promover o desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos, e reconhecer a importância de integrar aspectos culturais, artísticos, ambientais, científicos e tecnológicos (Brasil, 2010). Essa ótica reflete uma compreensão mais ampla do papel da educação na formação das crianças, que vai além do simples ensino de conteúdos específicos para abranger um contexto mais amplo e diversificado de aprendizado.

Este, deve estar alinhado com a legislação educacional vigente e com as políticas públicas para a educação¹. Esse arcabouço, em nosso entendimento, seria o chamado currículo prescrito que, para Sacristán (2017, p. 109), “[...] é a sua própria definição, de seus conteúdos e demais orientações relativas aos códigos que o organizam, que obedecem às determinações que procedem do fato de ser um objeto regulado por instâncias políticas e administrativas”.

Sacristán (2017) ainda destaca a natureza do currículo prescrito como sendo autodefinido e guiado por orientações específicas. Ao dizer que o currículo prescrito é sua própria definição, significa que ele estabelece suas próprias características, conteúdos e diretrizes. No entanto, essa autodefinição não ocorre de forma isolada, ela está intrinsecamente ligada às determinações provenientes de instâncias políticas e administrativas. Isso ressalta a influência das decisões e diretrizes governamentais na formação do currículo e implica que o conteúdo e a estrutura do currículo são moldados por considerações políticas e administrativas mais amplas, refletindo as prioridades e valores da sociedade em um determinado contexto. Apple (1994, p. 59) afirma que:

O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos [...]. Ele é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto de tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas.

É possível compreender que ele não ocorre na prática tal qual como prescrito no papel, o que corrobora com essa ideia, mesmo autor ainda destaca que:

O currículo modela-se dentro de um sistema escolar concreto, dirige-se a determinados professores e alunos, serve-se de determinados meios, cristaliza, enfim, num contexto, que é o que acaba por lhe dar significado real (Sacristán, 2017, p. 21).

¹ Cabe apresentar que o conceito de educação que adotaremos na pesquisa, é apresentado por Taglieber (2004, p. 13), que diz: A educação é um projeto-processo complexo de formação social que está sendo construído desde que a espécie humana se reuniu em coletividades, em grupos. É definido como projeto porque as ações destinam-se a ser executadas no futuro; é um processo uma vez que essas ações devem ser produzidas em movimento e em seqüências previamente pensadas. Esse processo ocorre ao longo do tempo, buscando uma transformação gradativa da sociedade; ele é complexo, [...] na medida em que atua na transformação de uma totalidade, a formação dos coletivos, das comunidades humanas.

Como apresentado pelo autor, o currículo não é uma entidade abstrata, mas sim algo que se molda dentro de um sistema escolar específico, pois o currículo não existe isoladamente, ele se adequa às características no contexto concreto. Essa perspectiva apresenta a importância de considerar o contexto em que o currículo é implementado (Sacristán, 2017). Nesse sentido, o currículo é uma ferramenta prática que toma forma e ganha vida dentro de uma comunidade escolar:

Na Educação Infantil, o currículo constitui uma dimensão viva, marcada pelo movimento constante de revisão, reconstrução, reinvenção. Embora respeitando diretrizes gerais, o currículo modifica-se, constrói-se, reestrutura-se no e a partir do contexto institucional. Nesse sentido, o currículo é perpassado por muitos aspectos, como: os interesses das crianças, as condições do ambiente, a perspectiva teórico-metodológica da instituição, os anseios da comunidade e as concepções dos profissionais da Educação Infantil (Moraes, Silva, Cysne, 2020, p. 151).

Para Nascimento (2007), pensar o currículo e o cotidiano da Educação Infantil exige tanto uma tomada de consciência pessoal quanto o fortalecimento da organização coletiva. Além disso, a implementação do currículo não é um processo estático, mas um caminho dinâmico, que permite adaptações às necessidades das crianças e ao contexto escolar.

Na esfera técnico-política, o currículo muitas vezes é concebido em níveis mais abstratos, influenciado por políticas educacionais, diretrizes governamentais e teorias pedagógicas: “O processo de transformação do currículo da esfera técnico-política à prático-pedagógica exige, entre outros processos, a mediação dos professores” (Acosta, 2013, p. 189). No entanto, para que essas diretrizes se tornem efetivas na prática, é necessário que os professores desempenhem um papel decisivo na mediação e adaptação do currículo para a realidade da sala de aula. Nesse sentido Ranghetti e Gesser (2011, pp. 107-108) orientam que:

O professor precisa atuar, também como gestor do currículo. Assim, sua função básica consiste em, além de participar ativamente do processo de construção do currículo, mediar e coordenar o trabalho com o conhecimento, não discriminando e nem mesmo excluindo os que a sociedade já o fez.

A mediação dos professores implica em traduzir e implementar as diretrizes curriculares de forma a atender às necessidades e características específicas das

crianças, do contexto escolar e das dinâmicas de ensino-aprendizagem. A sala de aula, portanto, é o ambiente onde o currículo ganha vida e se torna tangível.

Pois é no seio da sala de aula que o conhecimento curricular, alvo das propostas, vai se desenvolver de forma mais direta e sistemática e são os professores, mestres do ofício de ensinar, os sujeitos sociais mais importantes no encaminhamento desse processo. O movimento que emana do microcontexto da sala de aula pode representar, então, um caminho mais viável para a consolidação de mudanças educacionais (Cruz, 2007, p. 194).

É no espaço da sala de aula que ocorre a interação direta entre os professores e as crianças, proporcionando oportunidades para o ensino, aprendizado e aplicação do conhecimento de forma organizado e intencional. Dessa forma, Acosta (2013) enfatiza a importância do envolvimento ativo dos professores no processo de transformação do currículo, pois evidencia que a efetivação das políticas educacionais ocorre no âmbito prático-pedagógico, onde a ação docente desempenha um papel central. Nas palavras de Cruz (2007, p. 197), os professores exercem um papel estratégico “[...] de tradutor da idéia oficial para o contexto da prática”. Portanto, podemos entender que “[...] independentemente da qualidade do projeto curricular apresentado, em última instância, quem define o que efetivamente será ensino é o professor” (Ranghetti; Gesser, 2011, p. 107).

Ainda, é fato que o currículo prescrito, em geral, organiza-se a partir de diretrizes que buscam garantir certa homogeneidade e previsibilidade nos processos educativos. Nesse contexto, o Projeto Político-Pedagógico pode desempenhar um papel relevante ao possibilitar que essas orientações sejam reinterpretadas à luz das especificidades do território escolar.

Sacristán (2017) enfatiza que o verdadeiro valor do currículo se revela na prática do cotidiano escolar. Mais do que um documento formal, o currículo se manifesta na ação pedagógica, no modo como os professores o interpretam e intervêm em sala de aula e na forma como as crianças interagem com os conteúdos. Portanto, ao promover espaços de reflexão, diálogo e construção coletiva, o PPP contribui para que o currículo seja continuamente problematizado e

ressignificado nas práticas cotidianas, favorecendo a produção de conhecimentos situados.

Para tanto, como currículo, precisamos discutir o PPP, que representa tudo que constitui a escola em suas ações e práticas. O PPP é um documento que orienta e organiza o trabalho pedagógico de uma instituição de ensino. Ele estabelece os objetivos, princípios, valores e diretrizes da instituição, bem como as estratégias e ações que serão adotadas para alcançá-los.

3. O currículo no âmbito dos espaços educadores sustentáveis

O Manual Escolas Sustentáveis apresenta a importância da sustentabilidade no contexto educacional, especificamente no âmbito do currículo escolar. Ele apresenta para dimensão do currículo:

[i]nclusão de conhecimentos, saberes e práticas sustentáveis no Projeto Político-Pedagógico das instituições de ensino e em seu cotidiano a partir de uma abordagem que seja contextualizada na realidade local e estabeleça nexos e vínculos com a sociedade global (Brasil, 2013, p. 2).

Ele enfatiza a necessidade de incluir conhecimentos, saberes e práticas sustentáveis no Projeto Político-Pedagógico das instituições de ensino, bem como incorporá-los no cotidiano escolar. Ao mencionar que essa inclusão deve ser contextualizada na realidade local, reconhece a importância de considerar as características específicas da comunidade em que a escola está inserida. Isso implica levar em conta os desafios e oportunidades ambientais, sociais e econômicos locais (Brasil, 2013).

Contudo, conforme destacado por Tomchinsky (2011, p. 85):

Para além de ser um documento, o currículo de uma escola sustentável precisa ser um convite para uma existência mais sustentável; o que também significa repensar as concepções de espaço, tempo, relações, vivências, atividades, projetos e avaliação.

Assim como, a incorporação de conceitos e práticas relacionados à sustentabilidade socioambiental em suas práticas curriculares, compartilha e produz saberes que contribuem com a permanência da vida no planeta. Desse modo, o envolvimento com a comunidade local é uma importante tarefa para

promover e incentivar práticas sustentáveis em outros âmbitos da sociedade. Para Orsi (2016, p. 15):

Se avaliarmos o simples fato de a temática da educação ambiental ser inserida nos currículos de nossas escolas, vamos perceber, ao longo da história, o quanto esse campo já percorreu para que essa ação se concretizasse. Porém, mesmo com esse avanço, uma série de obstáculos se apresenta para a apreensão dos conceitos do saber ambiental, bem como para o desenvolvimento de estratégias de ambientalização curricular, como exige o desafio das DCNEA, no sentido de que as instituições de ensino, de todos os níveis, passem pela transição de se tornarem espaços educadores sustentáveis.

Um currículo pode ser pensado para ajudar as crianças a compreenderem os problemas ambientais que afetam a vida na terra e o que podemos fazer para minimizá-los. Destaca-se, então, a importância da incorporação da Educação Ambiental nos currículos e a promoção de ações e o desenvolvimento de projetos que incentivem a adoção de práticas sustentáveis.

Trajber e Mendonça (2007), na publicação *Educação na diversidade: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental?* indicam que

[...] a Educação Ambiental pode ser desenvolvida nas escolas a partir de três modalidades: projetos, disciplinas especiais e inserção da temática ambiental nas disciplinas. Entretanto, a estas três modalidades, o questionário da presente pesquisa incluiu mais quatro, também comumente utilizadas pelas escolas para o desenvolvimento da Educação Ambiental, são elas: Tema Transversal, Inserção no Projeto Político Pedagógico, datas e eventos significativos e atividades comunitárias (Trajber; Mendonça, 2007, p. 48).

Kitzmann e Asmus (2012, p. 270) já apontavam que o desafio da integração da EA reside no como fazer isso de forma eficaz:

A integração da dimensão ambiental no currículo é uma demanda originada tanto pela crescente crise socioambiental que vivenciamos, quanto pela necessidade de desenvolver ações de educação ambiental (EA) como uma política pública de educação [...]. Deste contexto se origina a discussão sobre o como fazer Educação Ambiental, principalmente nos espaços formais do sistema educativo (escolas, universidades, espaços de capacitação profissional), que desenvolvem ações em currículos e práticas bem estruturadas e consolidadas e que devem sofrer um processo adaptativo para que a integração ambiental ocorra.

Machado (2014) indica que existem obstáculos para a ambientalização do currículo escolar, no qual um deles é a própria organização disciplinar das escolas,

onde a temática ambiental é dirigida para as disciplinas que apresentam enfoque mais ecológico: “A disciplinaridade fechada reduz e simplifica a análise em direção à complexidade inerente a qualquer tema” (Tristão, 2012, p. 235).

Nessa perspectiva, Dávila *et al.* (2023, p. 1760) apontam que ambientalizar seria “[...] introducir la dimensión ambiental en los planes y programas, incluir, temas o asignaturas [...]”, já Gutiérrez e Chinome (2021, p. 119), indicam que a ambientalização curricular ocorre ao integrar “[...] contenidos que se apoyen en proyectos desarrollados desde las diferentes áreas del conocimiento [...]”.

Ainda assim, entendemos que a EA se contrapõe a essa lógica fragmentada do conhecimento, pois requer uma ação prática integradora. Guimarães (2003 *apud* Machado 2014, p. 117) indica que “[o] currículo escolar, na maneira como vem sendo concebido, ao invés de superar a crise socioambiental, produz e reproduz a impossibilidade de compreendê-la em sua totalidade, resultando, portanto, numa pedagogia redundante”. Portanto, Kitzmann (2007, p. 554) reforça:

Ambientalizar o ensino significa inserir a dimensão socioambiental onde ela não existe ou está tratada de forma inadequada. É um processo que deve culminar em um produto. Mas este produto, concretizado geralmente em um novo currículo, não é acabado, estanque e único. Não pode estar baseado em ações isoladas e pontuais, sejam teóricas ou práticas, mas num compromisso institucional, o que demandará mudanças administrativas e estruturais, para que seja efetivamente implementado, pois não pode ser algo à parte da realidade educacional onde será inserido.

A esse passo, o currículo ambientalizado é o currículo que visa incluir a EA transversalmente em todas as ações institucionais e áreas do conhecimento logo, indicam as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental (Brasil, 2012) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (Brasil, 2010). É uma forma de garantir que a EA esteja presente em todas as atividades desenvolvidas na instituição de ensino, desde o planejamento pedagógico até a avaliação das aprendizagens. Nesse sentido:

O currículo de um espaço educador sustentável é tudo o que se vive em seu espaço, oculta ou nitidamente, com ou sem intenção clara. Por serem momentos de aprendizado, é currículo. Assim, a escola deve ensinar aquilo que se vive, que se ouve e que se sente e, juntamente com os conteúdos historicamente sistematizados, permitir que o educando compreenda o seu mundo, rompendo com o monopólio do saber científico, criando alternativas na construção de conhecimento baseado no diálogo,

no afeto, na solidariedade, na participação e na complexidade. A sala de aula deve ser o espaço privilegiado para que essa nova perspectiva de currículo seja exercitada, influenciando a escolha de conteúdos, a relação educador-educando e a construção coletiva do conhecimento (Machado, 2014, p. 119).

A concepção currículo em um Espaço Educador Sustentável propõe que a escola ensine não apenas os conteúdos tradicionais, mas também as experiências, emoções e percepções vividas. Isso permite que as crianças compreendam o mundo de forma integral, quebrem o paradigma do saber científico e construam conhecimento por meio do diálogo, afeto, solidariedade, participação e complexidade. Conforme Parga-Lozano (2019a, p. 3):

As formulações de novas estratégias conceituais, tais como as subjetividades, as incertezas, as desordens, o inédito e a diversidade cultural devem valorizar o conhecimento singular, o subjetivo e o pessoal, o diálogo dos saberes, os sentidos culturais que compõem a complexidade na formação de um currículo ambientalizado.

Também se faz necessário trazer alguma discussão referente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018), como documento normativo que direciona a questão curricular em todo território brasileiro. Neste, a EA é apresentada como um dos “[...] temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora” (Brasil, 2018, p. 19). Ao incorporar a Educação Ambiental de maneira transversal, a BNCC a torna uma parte inseparável do currículo, permeando diversas disciplinas e experiências educacionais;

Na educação brasileira, os temas contemporâneos foram recomendados inicialmente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1996, acompanhando a reestruturação do sistema de ensino. Esse empreendimento representou um primeiro esforço de implantação oficial dos *Temas Transversais* no currículo da Educação Básica, visando nos estudantes o aprimoramento da capacidade de pensar, compreender e manejar o mundo (Brasil, 2022, p. 10, grifos do autor).

No contexto da Educação Infantil, a base organiza o currículo dessa etapa por campos de experiências, o que altera a estrutura de um currículo rígido para um que priorize as vivências e experiências da criança. De acordo com a BNCC (2018, p. 42-43):

[...] a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações.

Ainda, conforme o documento, os direitos de desenvolvimento e aprendizagem (conviver; brincar; participar; explorar; expressar e conhecer-se) asseguram que as crianças aprendem “[...] em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural” (Brasil, 2018, p. 35).

Frente a isso, apresentamos três possibilidades de se pensar a relação da educação com o meio ambiente que podem ser pensadas para a EI a partir dos escritos de Trajber e Sorrentino (2008, p. 161):

- Educação sobre o ambiente – com enfoque na aquisição de conhecimentos, em que o meio ambiente se torna um objeto de aprendizado. Aqui podem ser incluídos todos os processos de informação e de formação sobre a diversidade de temas do campo ambiental.
- Educação no meio ambiente – vivencial, em que se propicia o contato com a natureza ou com passeios no ambiente construído, como contextos para a aprendizagem ambiental. Com passeios, observação da natureza, estudos do meio, esportes ao ar livre, ecoturismo, o meio ambiente oferece vivências experimentais, tornando-se um meio de aprendizado.
- Educação para o ambiente – busca engajar ativamente em ações cotidianas e projetos de intervenção socioambiental em defesa da vida em todas as suas formas de manifestação e contextos possíveis.

Os mesmos autores ainda complementam com uma quarta preposição:

[...] educação a partir do meio ambiente – esta considera, além das demais incluídas, os saberes dos povos tradicionais e originários que sempre partem do meio ambiente, as interdependências das sociedades humanas, da economia e do meio ambiente, a simultaneidade dos impactos nos âmbitos local e global; uma revisão dos valores, ética, atitudes e responsabilidades individuais e coletivas; a participação e a cooperação; reconhecimento das diferenças étnico-raciais e da diversidade dos seres vivos, respeito aos territórios com sua capacidade de suporte, a melhoria da qualidade de vida ambiental das presentes e futuras gerações; os princípios da incerteza e da precaução (Trajber; Sorrentino, 2008, p. 161).

Nesse caminho, os professores têm um papel fundamental na mediação de conhecimentos e valores relacionados à sustentabilidade e à preservação do meio ambiente para as gerações presentes e futuras. Para Machado (2014, p. 121):

O currículo se reinventa na reinvenção da própria escola, na influência das novas pedagogias, mais críticas e alternativas, e no trabalho pedagógico

do cotidiano escolar, com educadores mais autônomos ao repensar os processos de ensino-aprendizagem. Traz a perspectiva de pesquisa, de inovação ao currículo escolar, incentivando estudantes e professores a romper com o saber individualista, fragmentado e único que está consolidado na escola, passando a serem atores mais ativos na compreensão da complexidade das problemáticas socioambientais.

A perspectiva de pesquisa e inovação no currículo sugere uma proposta mais dinâmica, adaptável e alinhada com as demandas da sociedade contemporânea. Ao incentivar as crianças e professores a romperem com o saber fragmentado, transformam-se em agentes ativos.

Fato importante ressaltado na pesquisa de Bastos (2016) foi a formação dos profissionais da educação, especialmente quando se busca instruir educadores sobre a promoção de Espaços Educadores Sustentáveis, pois indica que:

[...] a importância do processo formativo como critério com intenção de instruir os educadores, ampliando seu direcionamento, e promover uma aplicabilidade dos recursos mais efetiva e eficaz dentro dos objetivos de consolidar espaços educadores sustentáveis. Em uma situação cuja equipe gestora não possui conhecimentos aprofundados para elaborar um novo projeto político pedagógico seguindo as premissas da sustentabilidade, o processo de formação torna-se essencial (Bastos, 2016, p. 38).

O processo de formação atua como um catalisador para essa transformação, capacita os professores a serem agentes ativos na construção de práticas educacionais mais alinhadas com os princípios da Educação Ambiental. Como destacado por Torales (2006, p. 60):

A educação ambiental constitui-se, desde sua origem, em uma opção de contracultura ao modelo de desenvolvimento que desconsidera os danos causados ao meio ambiente, exigindo uma ação política dos educadores, fundamentada nas opções ideológicas de cada um. No caso dos professores, trata-se de uma mudança em diversos aspectos de sua prática pedagógica. O que não consiste em uma tarefa fácil, já que implica em mudanças didáticas e curriculares, envolvendo sua ação individual e seu compromisso com o conjunto da comunidade educativa.

A partir desse momento, vemos a necessidade de compreender os professores como educadores ambientais, pois eles desempenham um papel fundamental na formação de futuras gerações, pois influenciam não apenas o conhecimento acadêmico, mas também atitudes, valores e comportamentos em relação ao meio ambiente. Mas para isso, é necessário retomar a discussão

apresentada por Cruz (2007, p. 200) ao dizer que “[o] professor, como um dos atores/sujeitos sociais do processo educativo, detém uma visão de mundo, sociedade, educação e homem que influenciará diretamente no tipo de encaminhamento que imporá à sua prática pedagógica”.

Isso implica refletir sobre a formação do professor educador ambiental. Pois, como esse professor irá pensar na integração da Educação Ambiental ao ato formativo, se ele não passou por formações sensíveis e científicas sobre o assunto? Consequentemente, estes devem possuir conhecimentos sobre o meio ambiente, as interações da sociedade com a natureza e saber identificar os principais problemas ambientais globais e locais, bem como as políticas públicas que visam a proteção e preservação do meio ambiente.

O professor educador ambiental incentiva a participação das crianças em projetos e iniciativas locais relacionadas ao meio ambiente, como ações simples de reutilização de materiais, plantio de árvores, entre outras:

Há aqueles que consideram vasos de plantas nas escolas como espaços verdes. As plantas têm um valor apenas utilitário ou mesmo ínfimo nessa rotina, ou seja, são adequadas à composição daquele ambiente de forma estética, padronizada, apenas como enfeite, podendo ser removidas e descartadas a qualquer momento. E as árvores e plantas podem fazer parte do currículo vivido na comunidade escolar, de diversas formas, fazendo com que as crianças aprendam acerca do cuidar de uma forma prática (Rodrigues, 2012, p. 144).

A intencionalidade pedagógica envolve o planejamento por parte do educador que contribuirá para formar cidadãos mais conscientes e responsáveis, capazes de atuar como agentes de mudança no contexto em que está inserido (Bes *et. al.*, 2020).

A diferença entre professores e educadores pode ser sutil, mas é importante compreendê-la. De modo sucinto, um professor é alguém que ensina um determinado conteúdo de forma mais tradicional; geralmente, segue um currículo preestabelecido, enquanto um educador é alguém que trabalha para além do conteúdo, pois visa desenvolver o potencial humano de seus alunos, para que estes possam ser cidadãos conscientes, críticos e engajados.

Os educadores tendem a trabalhar com uma visão mais ampla do processo de ensino-aprendizagem e seu objetivo principal é contribuir para o

desenvolvimento integral das crianças, na qual leva em consideração suas características pessoais, culturais e sociais. Alves (1986, p. 11) se questiona sobre eles:

Educadores, onde estarão? Em que covas terão se escondido? Professores, há aos milhares. Mas professor é profissão, não é algo que se define por dentro, por amor. Educador, ao contrário, não é profissão; é vocação. E toda vocação nasce de um grande amor, de uma grande esperança. Profissões e vocações são como plantas. Vicejam e florescem em nichos ecológicos, naquele conjunto precário de situações que as tornam possíveis e - quem sabe? - necessárias. Destruindo esse *habitat*, a vida vai se encolhendo, murchando, fica triste, mirra, entra para o fundo da terra, até assumir.

E complementa:

E o educador? Que terá acontecido com ele? Existirá ainda o nicho ecológico que torna possível a sua existência? Resta-lhe algum espaço? Será que alguém lhe concede a palavra ou lhe dá ouvidos? Merecerá sobreviver? Tem alguma função social ou econômica a desempenhar? (Alves, 1986, p. 12).

Essas reflexões são essenciais no contexto desta pesquisa, pois nos ajuda a pensar sobre os profissionais da Educação Infantil, os professores como professores educadores ambientais e os demais funcionários como educadores. Isso porque entendemos que, na Educação Infantil, todos têm funções importantes e essenciais no fazer educativo.

Nesse sentido, conforme destacado por Zeglin (2016, p. 35), a ambientalização curricular exige que:

[...] os educadores promovam experiências com as crianças [...], concebendo uma metodologia contextualizada, a qual deve intensificar as ações das crianças no sentido de ampliar, diversificar e complexificar os seus conhecimentos, principalmente através das interações, brincadeiras, das várias linguagens, expressões, dentre outros.

Ao ambientalizar o currículo, os educadores reconhecem a importância das interações, brincadeiras e diversas linguagens como veículos essenciais para a ampliação, diversificação e complexificação dos conhecimentos das crianças. Isso ressalta a necessidade de criar um ambiente de aprendizado que permita explorar ativamente, expressar-se de várias formas e participar ativamente do processo de construção do conhecimento. Em decorrência disso, se valoriza a participação ativa das crianças no processo educativo, promovendo a reflexão crítica sobre temas

relevantes para a sociedade e favorece a formação de valores e habilidades socioemocionais, como a empatia, a solidariedade e a resiliência.

Nesse contexto, apresenta-se também o conceito de ambientalização do conteúdo, que conforme Parga-Lozano (2019b, p. 131-132, grifos da autora):

[...] é **caracterizada** por sua continuidade [...]; é feita **para** a formação profissional [...]; **é feita** por meio das mudanças do existente; requer uma visão sistêmica; de conhecimentos (conceituais, procedimentais e atitudinais) de saberes, *a partir de e por meio* de sua emergência nos currículos (planos de estudos, disciplinas, temas, conteúdos, práticas, atores o que **produz**, ações de transformação e participação (política, ética, estética).

E continua:

[...] **abrange** adaptações, mudanças, articulações, avaliações, reflexões e ressignificações curriculares; [...]; promover diálogos com outros saberes e suas ecologias; [...]; sobre o currículo (sistêmico, complexo, interdisciplinar, flexível, relativo, construtivista, holístico, crítico...); práticas acadêmicas diferentes; investimento; mas sobretudo, compromisso e quer fazê-lo (Parga-Lozano, 2019b, p. 132, grifos da autora).

Esse entendimento vai ao encontro da necessidade de um currículo mais flexível, que dialogue com diferentes saberes, envolvendo reflexões e mudanças curriculares, onde professores e crianças são coautores do processo educativo.

Contudo, observa-se ainda, certa distância entre o planejamento de um currículo ambientalizado e as condições concretas de trabalho docente, o que evidencia limites estruturais relacionados à formação inicial sobre educação ambiental ainda insuficiente, à sobrecarga de trabalho, às condições institucionais como o espaço físico e à escassez de tempo destinado para a reflexão e a construção coletiva das práticas pedagógicas. Nessas circunstâncias, a efetivação da ambientalização depende, do perfil individual dos professores, o que pode torná-la mais sensível às dinâmicas internas da escola. Como resultado, há situações em que as propostas permanecem mais próximas do plano documental do que em práticas incorporadas ao cotidiano escolar.

4. Considerações Finais

A presente pesquisa buscou apresentar uma discussão sobre a dimensão curricular dos espaços educadores sustentáveis na educação infantil, enfatizando a

importância da Educação Ambiental no planejamento pedagógico das instituições escolares para a infância. Ao longo da análise, foi observado que o currículo escolar não pode ser compreendido apenas como um documento prescritivo, mas como uma construção dinâmica, que se configura na interação entre professores, crianças e comunidade escolar.

Essa compreensão amplia a percepção do currículo como um espaço de transformação social, no qual a EA assume um papel de centralidade na formação de sujeitos críticos e comprometidos com a sustentabilidade. Nessa direção, os espaços educadores sustentáveis são uma necessidade emergente diante dos desafios socioambientais atuais. A crise climática, a degradação dos ecossistemas e a crescente desigualdade social demandam uma educação que vá além da transmissão de conhecimentos fragmentados.

Conforme discutido ao longo do trabalho, o entendimento tradicional de currículo muitas vezes dificulta a abordagem integrada e interdisciplinar necessária para a Educação Ambiental. Além disso, há obstáculos estruturais, como a formação docente. Assim, destaca-se a necessidade de investir em programas de formação continuada que possibilitem aos docentes ampliarem sua compreensão sobre os processos educativos voltados à sustentabilidade.

As reflexões desenvolvidas neste estudo indicam também, que a consolidação de processos de ambientalização curricular na educação infantil requer o envolvimento ativo da gestão escolar na construção de ambientes institucionais que favoreçam práticas educativas comprometidas com a sustentabilidade. Nesse contexto, torna-se fundamental fortalecer processos participativos de elaboração e revisão do Projeto Político-Pedagógico, promover momentos de planejamento coletivo entre os professores e outros atores institucionais e incentivar práticas pedagógicas que valorizem a interação das crianças com a natureza no ambiente escolar.

Diante deste cenário, reafirmamos que a transição para espaços educadores sustentáveis exige um compromisso coletivo e contínuo. O currículo, quando orientado pela ambientalização, se configura como um processo intencional, crítico e situado de reconfiguração das práticas educativas. Nessa perspectiva, a

ambientalização curricular ultrapassa a inserção temática ou da adoção de projetos pontuais de educação ambiental, constituindo-se como princípio organizador do currículo, orientado pela articulação entre conhecimentos, experiências, territórios e relações sociais estabelecidas, implicados com a vida e com a reinvenção das relações entre educação, natureza e sociedade.

Por fim, a contribuição central deste trabalho reside em articular a ambientalização curricular ao conceito de espaços educadores sustentáveis no contexto da educação infantil, enfatizando a dimensão curricular como eixo estruturante dos processos de transição nas instituições educativas. Nesse sentido, o estudo contribui para ampliar a compreensão da ambientalização curricular como processo institucional e pedagógico, no qual o currículo, a gestão escolar e as experiências vividas pelas crianças se articulam na construção de práticas educativas comprometidas com a sustentabilidade socioambiental. Ainda assim, sugere-se que futuras pesquisas aprofundem a investigação em campo, verificando como a gestão escolar influencia os processos de ambientalização curricular na educação infantil e como esse processo ocorre na prática, na educação das crianças.

Referências

ACOSTA, Javier Marrero. O currículo interpretado: o que as escolas, os professores e as professoras ensinam? *In*: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo** [recurso eletrônico]. p. 188-208. Porto Alegre: Penso, 2013.

ALVES, Rúbem Azevedo. **Conversas com quem gosta de ensinar**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? *In*: MOREIRA, A. F., SILVA, T. T. (Orgs). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994. pp. 71-106. Disponível em: <https://cefort.ufam.edu.br/repositoriocp/wp-content/uploads/tainacan-items/64/440/2-CURRICULO-CULTURA-E-SOCIEDADE.-MOREIRA-E-TADEU.pdf>. Acesso em 16 fev. 2025.

BASTOS, Daniela Botti Dias. **Reflexões sobre o Programa Nacional Escolas Sustentáveis**. 2016. 76 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade na Gestão Ambiental) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8529>. Acesso em 19 jan. 2023.

BERTERO, C. O. Réplica 2 - o que é um ensaio teórico? Réplica a Francis Kanashiro Meneghetti. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 338–342, mar. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/DzPNs63jhXxTcGd43yNvQpv/>. Acesso em: 04 mar. 2026.

BES, Pablo; SILVA, Carlos Gustavo Lopes da; FERNANDES, Eliane de Godoi Teixeira; CASTADELLI, Gilson Aparecido; CARDOSO, Patrícia Regina de Moraes Bertolucci. **Currículo e desafios contemporâneos** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: SAGAH, 2020.

BRASIL. **Manual Escolas Sustentáveis**. Resolução FNDE N° 18 de 21 de maio de 2013. 2013. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=0CDgQw7AJahcKEwi4_Zvmw_GAAxUAAAAAHQAAAAAQAw&url=https%3A%2F%2Fwww.sed.sc.gov.br%2Fdocumentos%2Fimprensa-223%2F1573-manual-escola-sustentavel-2922%2Ffile&psig=AOvVaw184XCNmYDdJcH9DGHeFM2u&ust=1692837106094198&opi=89978449. Acesso em 11 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 20 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Caderno Meio Ambiente [livro eletrônico]**: Educação ambiental: educação para o consumo. Brasília: Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 06 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, Giseli Barreto da. A prática docente no contexto da sala de aula frente às reformas curriculares. **Educar**, Curitiba, n. 29, pp. 191-205, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/xtdbph9XCmYhbVVXnYv7bNp/>. Acesso em 26 mar. 2024.

DÁVILA, Angélica Delgadillo; SUÁREZ, José Alfredo Castellanos; RAMÍREZ, Liberio Victorino; LOZOYA, Armando Enrique Gómez. Ambientalización Curricular: El Concepto. **Ciencia Latina Revista Científica Multidisciplinar**, v. 7, n. 5, p. 1760-1781, 2023. Disponível em: <https://ciencialatina.org/index.php/cienciala/article/view/7842>. Acesso em: 04 mar. 2026.

GADÊLHA, José Eduardo Ferreira da Silva; GADÊLHA, Stefany Cristiny Ferreira da Silva. Educação ambiental e sua importância na conscientização de crianças. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro – REMUNOM**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2023, p. 1-12. Disponível em: <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/858>. Acesso em: 4 mar. 2026.

GUIMARÃES, M. Educadores ambientais em uma perspectiva crítica: reflexões em Xerém, 2003. 168p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. In: MACHADO, Júlia Teixeira. **Educação Ambiental: um estudo sobre a ambientalização no cotidiano escolar**. 2014. 244 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Curso de Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-07072014-114108/en.php>. Acesso em 06 jun. 2022.

GUTIÉRREZ, Yeymy Paola Jiménez; CHINOME, Jaime Ricardo Cristancho. Ambientalización curricular: una exploración en la consciencia ambiental. **Ingeniería Investigación Y Desarrollo**, 20(2), 109-123. 2021. Disponível em: https://revistas.uptc.edu.co/index.php/ingenieria_sogamoso/article/view/13392. Acesso em: 04 mar. 2026.

KITZMANN, Dione; ASMUS, Milton. Ambientalização sistêmica – do currículo ao socioambiente. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, pp. 269-290, jan./abr., 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/kitzmann-asmus.pdf>. Acesso em 16 jan. 2025.

KITZMANN, Dione. Ambientalização de espaços educativos: aproximações conceituais e metodológicas. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 18, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3588/2136>. Acesso em 02 nov. 2023.

MACHADO, Júlia Teixeira. **Educação Ambiental**: um estudo sobre a ambientalização no cotidiano escolar. 2014. 244 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Curso de Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-07072014-114108/en.php>. Acesso em 06 jun. 2022.

MENEGHETTI, F. K. **Documentos e Debates**: O que é um Ensaio-Teórico. *In*: RAC, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 320-332, mar./abr., 2011.

MORAES, Rosalina Rocha Araújo; SILVA, Edjacy Teixeira Cavalcante e; CYSNE, Juliana de Brito. Pedagogia de projetos? Um olhar reflexivo sobre as amarras do currículo no contexto de creches públicas. *In*: FROTA, Ana Maria Monte Coelho; MORAES, Rosalina Rocha Araújo; CYSNE, Juliana de Brito (Orgs.). **Infâncias, Crianças, Educação Infantil**: diferentes olhares. Fortaleza: Editora UECE, 2020. pp. 139-164. Disponível em: <https://www.uece.br/eduece/wp-content/uploads/sites/88/2013/07/Inf%C3%A2ncias-crian%C3%A7as-educa%C3%A7%C3%A3o-infantil-diferentes-olhares.pdf>. Acesso em 16 fev. 2025.

NASCIMENTO, Anelise Monteiro do. Currículo e práticas pedagógicas na Educação Infantil. **Revista Criança do Professor de Educação Infantil**, Brasília, n. 43, p. 14-17, ago., 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista43.pdf>. Acesso em 18 mar. 2024.

ORSI, Raquel Fabiane Mafra. **O movimento da formação continuada em educação ambiental**: experiências vividas. 2016. 212 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2016. Disponível em: <https://www.univali.br/Lists/TrabalhosDoutorado/Attachments/117/Raquel%20Fabiane%20Mafra%20Orsi.pdf>. Acesso em 08 jan. 2023.

PARGA-LOZANO, Diana Lineth. A ambientalização do ensino como abordagem do interdisciplinar. **Lat. Am. J. Sci. Educ.** v. 6, n. 22001, pp. 1-13, 2019a. Disponível em: https://www.lajse.org/nov19/2019_22001_2.pdf. Acesso em 10 ago. 2024.

PARGA-LOZANO, Diana Lineth. **Conhecimento didático do conteúdo ambientalizado na formação inicial do professor de química na Colômbia**. 2019b. 610 f. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) - Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2019b. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/9f88d5ed-3aa5-4ae0-82f8-1ccd952432e0>. Acesso em 11 ago. 2024.

RANGHETTI, Diva Spezia; GESSER, Verônica. **Currículo escolar**: das concepções histórico-epistemológicas a sua materialização na prática dos contextos escolares. Curitiba: CRV, 2011.

RODRIGUES, Fernanda Freitas Rezende. **Sustentabilidade e educação ambiental**: processos culturais em comunidade. 2012. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/2311>. Acesso em 06 jul. 2022.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Penso editora, 2017.

SILVA, Jozilene Feitoza da; ALMEIDA, Dilma Elisa Mól Pinto; KOKUDAI, Rinara Lopes Negreiros. Educação ambiental na educação infantil. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro – REMUNOM**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2017, p. 166-179. Disponível em: <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/470/452>. Acesso em: 4 mar. 2026.

TAGLIEBER, José Erno. Reflexões sobre a formação docente e a educação ambiental. In: ZAKRZEVSKI, Sônia Balvedi; BARCELOS, Valdo. **Educação Ambiental e Compromisso Social**. Erechim: Edifapes, 2004. pp. 13-23.

TOMCHINSKY, Julia. **Sementes de primavera**: cidadania planetária desde a infância. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-04082011-141431/pt-br.php>. Acesso em 11 mai. 2022.

TORALES, Marília Andrade. **A práxis da educação ambiental como processo de decisão pedagógica**: um estudo biográfico com professoras de Educação Infantil na Galiza (Espanha) e no Rio Grande Do Sul (Brasil). 2006. 566 f. Tese (Doutorado Interuniversitário em Educação Ambiental) - Faculdade de Ciências da Educação, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2006. Disponível em: <https://minerva.usc.es/xmlui/bitstream/handle/10347/9496/b20101545.pdf;jsessionid>

[=7BD07BBFB8D9DC7EA7E4D90D3CFDA2EC?sequence=1](https://smastr16.blob.core.windows.net/portaleducacaoambiental/sites/11/2023/12/publicacao5.pdf). Acesso em 23 set. 2024.

TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia Ramos (Org.). **Educação na diversidade**: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007. Disponível em: <https://smastr16.blob.core.windows.net/portaleducacaoambiental/sites/11/2023/12/publicacao5.pdf>. Acesso em 26 ago. 2023.

TRAJBER, Rachel; SORRENTINO, Marcos. As Políticas de Educação Ambiental do Estado Brasileiro: Transformações Socioambientais para a Sociedade Sustentável. In: TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira (Coord.); RUTKOWSKI, Emília Wanda (Org.). **Mudanças climáticas e mudanças socioambientais globais**: reflexões sobre alternativas de futuro. Brasília: UNESCO, IBECC, 2008. pp. 155-168. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000191897>. Acesso em 16 fev. 2025.

TRISTÃO, Martha. As dimensões e os desafios da educação ambiental na contemporaneidade. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). **Educação ambiental**: abordagens múltiplas [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso, 2012. pp. 233-249. Disponível em: <https://biblioteca-a.read.garden/viewer/9788563899873/ii>. Acesso em 03 nov. 2023.

ZEGLIN, Irene Vonsovicz. **Ambientalização curricular na Educação Infantil**: um diálogo possível a partir das relações com a natureza, o afeto e o cuidado. 2016. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2016. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/ffa5007c-f234-47b2-8f3f-4df9fdb4049d>. Acesso em 06 jun. 2022.